

A CIDADE E OS SEUS ESPAÇOS DE CONTESTAÇÃO

THE CITY AND ITS SPACES OF CONTESTATION

Guilherme Felix Machado Filho

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ
Av. Athos da Silveira Ramos, 274 - Bloco I, sala 19, CEP: 21941-916 - Brasil
Email: guilhermefelixmf@gmail.com

Recebido em 10 de dezembro de 2020, Aprovado em 20 de dezembro de 2020.
DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562020e40248>

Resumo

Diante do processo de urbanização, a cidade, enquanto forma espacial urbana, não decorre do conjunto de necessidades urbanas, mas faz parte de objetivos que não são gerais, mas postos por aqueles que possuem maior força social, econômica e política. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar de que forma os espaços urbanos podem se transformar e são utilizados como espaços de contestação pelos movimentos políticos urbanos. Diante das diferentes abordagens da urbanização, concluiu-se que as mudanças empreendidas na cidade pelas políticas urbanas, na esteira do processo de urbanização, podem, de forma colateral aos interesses pretendidos, criar condições para a emergência de movimentos de contestação oriundos dos problemas sociais – e urbanos – suscitados ou incorporados a essas ações e que os espaços urbanos, sobretudo aqueles formados por ruas e praças, são apropriados pelos movimentos políticos urbanos e transformados em instrumentos políticos de contestação.

Palavras-chave: espaço político; política urbana; movimentos políticos urbanos

Abstract

In view of the urbanization process, the city, as an urban spatial form, does not follow strictly the set of urban needs, but is part of objectives that are not general, but set by those who have greater social, economic and political strength. In view of this, the present article aims to analyze how urban spaces can be transformed and are used as spaces of contestation by urban political movements. In view of the different approaches to urbanization, it was concluded that the changes undertaken in the city by urban policies, in the wake of the urbanization process, may, collaterally to the intended interests, create conditions for the emergence of protest movements arising from social problems - and urban - raised or incorporated into these actions and that urban spaces, especially those formed by streets and squares, are appropriated by urban political movements and transformed into political instruments of contestation.

Keywords: political space; urban policy; urban political movements

Introdução

A urbanização encerra um processo que está além da produção e/ou expansão das cidades. A cidade pode ser entendida como uma forma espacial urbana, sendo o

Machado Filho, G. F.

lugar do excedente da produção, do acúmulo de riqueza e de sua materialidade e distribuição, assim como o lugar do comando político. Enquanto isso, a urbanização é um processo, resultado de uma ação articulada de diferentes agentes e seus interesses, sendo possibilitado por algumas conjunturas específicas, e que não apenas se limita à produção de cidades – incluindo, inclusive, o campo como forma espacial -, mas está associado à sociedade como um todo, ao conjunto social e sua organização. Tal forma e processo urbano, portanto, são conectados e adquirem sentido através de uma estrutura, constituída pelo sistema de produção vigente.

O processo de urbanização não deve ser encarado como algo estático, mas dinâmico, tanto espacial quanto temporalmente, sendo uma das formas estabelecidas historicamente entre o espaço e a sociedade (CASTELLS, 1983). De acordo com Castells (1983) e Sposito (1988), o fenômeno urbano e sua difusão tem seu germe no processo de diferenciação social propiciado pelo aparecimento da agricultura, no fim do Neolítico, que suscitaram a complexificação da organização social através da divisão social do trabalho e, com isso, a condição para o aparecimento das cidades. A urbanização atravessou também outras fases históricas, expressando-se no processo de criação e expansão das cidades na Antiguidade – do qual se destaca as cidades imperiais, em particular Roma e sua colonização urbana em seus territórios conquistados – e no chamado “renascimento urbano” na Idade Média, através do papel fundamental das fortificações, do mercado e a reativação do comércio, bem como da nascente burguesia.

Contudo, foi a partir da industrialização, no final do século XVIII, que o processo de urbanização se intensificou e se expandiu pelo mundo, demarcando, de acordo com Sposito (1988), a idade contemporânea. O surgimento da indústria representou mudanças estruturais no modo de produção capitalista¹, alterando não só o processo de urbanização, com destaque para o crescimento das cidades e da população urbana, mas também a própria cidade, que passou a ser a condição para o desenvolvimento industrial e o “centro” de gestão e controle da economia capitalista. Além disso, o novo ritmo e escala de produção e de acumulação esteve associado à

¹ Para Castells (1983), a urbanização promovida pela primeira revolução industrial representou um novo processo de organização do espaço que está assentado em dois fatos fundamentais: o declínio das estruturas sociais agrárias em detrimento da imigração da população para centros urbanos já existentes, formando assim a força de trabalho essencial à industrialização, e a passagem de uma economia doméstica, e depois manufatureira, para uma economia de fábrica, que representava a concentração de mão de obra, a criação de um mercado e a constituição de um meio industrial.

ampliação do próprio mercado, expandido-o à escala internacional, o que incidiu, por meio do avanço nos meios de transporte e comunicação, na constituição de redes urbanas, dada a maior integração e articulação entre os lugares, e, principalmente, entre as cidades. O avanço da industrialização e do próprio sistema capitalista só fez reforçar e tornar mais complexo a divisão territorial do trabalho, seja através da urbanização dos países desenvolvidos, seja através da relação entre “centro” e “periferia”.

Desse modo,

as transformações, que historicamente se deram permitindo a estruturação do modo de produção capitalista, constituem consequências contudentes do próprio processo de urbanização. A cidade nunca fora um espaço tão importante, nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo (SPOSITO, 1988, p.29).

Diante do processo de urbanização, a cidade, enquanto forma espacial urbana, não decorre em estrito do conjunto de necessidades urbanas, mas faz parte de objetivos que não são gerais, mas postos por aqueles que possuem maior força social, econômica e política. Nesse sentido, Mumford (1998), ao realizar uma recuperação histórica do fenômeno “cidade”, argumenta que esta é um produto de uma divisão de classes, sendo o lugar da diferença, das desigualdades, não havendo desse modo nenhuma experiência empírica de uma cidade de iguais. Tais diferenças não são produzidas apenas pelo capitalismo, embora tenham sido mantidas e reestruturadas por este sistema econômico.

Do mesmo modo, como espaços da diferença – e, de certa forma, como um produto destas diferenças -, as cidades também foram palcos históricos de disputas e de lutas (HARVEY, 2014), expressão das lutas de classes e das próprias desigualdades sociais que contém. Por diferentes causas, seja pela ação das forças dominantes, como o sistema capitalista, seja pelas políticas urbanas empreendidas pelo Estado, o espaço é um elemento e dimensão pela qual tais disputas e lutas se realizam e se expressam. Dessa forma, demonstrando-se como fator importante para entender os conflitos sociais, dos quais muitos emanam dos espaços urbanos, destaca-se que

o espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social) (GOTTDIENER, 1993, p.127).

Assim, como uma das formas de investigar o tema proposto através dos conflitos urbanos inscritos nos espaços urbanos, o presente artigo tem como objetivo analisar de que forma os espaços urbanos podem se transformar e são utilizados como

Machado Filho, G. F.

espaços de contestação pelos movimentos políticos urbanos. Para compreendermos isso, primeiramente será discutido as diferentes abordagens da urbanização e como esse processo é compreendido e, em um segundo momento, será analisado como as mudanças empreendidas na cidade pelas políticas urbanas, na esteira do processo de urbanização, podem, de forma colateral aos interesses pretendidos, criar condições para a emergência de movimentos de contestação oriundos dos problemas sociais – e urbanos – suscitados ou incorporados a essas ações. Por fim, também analisaremos de que forma os espaços urbanos, sobretudo aqueles formados por ruas e praças, são apropriados pelos movimentos políticos urbanos e transformados em instrumentos políticos de contestação.

Abordagens da urbanização

Há uma dificuldade em se definir o que é o fenômeno urbano e, por conseguinte, o processo de urbanização (CASTELLS, 1983). Nesse sentido, o processo de urbanização foi entendido de forma diferente por alguns autores, desde leituras que a definem a partir de um critério demográfico – população urbana maior do que a rural - até aqueles que a definem como um processo socioeconômico ou sócio-econômico-espacial.

Sob uma abordagem crítica, esse processo está associado prioritariamente à formação de uma sociedade de classes, formada na esteira do processo de desenvolvimento das sociedades humanas ao estágio de civilização urbana. Assim, o urbano surge quando se institucionalizam a transferência dos excedentes (mais produto, sobretudo vindos do campo) para um determinado espaço, fruto de um processo de desenvolvimento “normal” das sociedades de classe, cuja diferenciação entre campo e cidade se estabelece apenas quando a estrutura de classes se consolida (SINGER, 1988, p.8). Em outra perspectiva, para a Escola de Chicago, difusora da ecologia urbana, o processo de urbanização e a cidade são considerados como algo “natural”, como se o urbano fosse um complexo organismo, cuja organização responderia a uma lógica natural de adaptação e funcionalidade dentro desse sistema urbano, e no qual a urbanização corresponderia ao fenômeno natural de densificação e de heterogeneidades sociais.

Embora haja uma relação indissociável entre o processo urbano e a formação de uma sociedade de classe, como bem expõe Gottdiener (1993), Castells e Lefebvre

tentam, cada um a seu modo, propor uma nova forma de análise marxista ao urbano, saindo da visão tradicional restrita a lutas de classes e de uma visão puramente economicista (GOTTDIENER, 1993). Através do debate da teoria do espaço em cada um dos dois autores, discute-se se o urbano se materializa ou se produz no espaço.

Para Castells, através de uma leitura althusseriana, o “urbano” é, teoricamente, definido como uma unidade espacial dentro do sistema estrutural econômico dominante, ou seja, o “urbano” constitui um “subsistema” único dentro de um sistema maior. O urbano – e também a própria cidade - seria um ambiente construído pelo sistema econômico e, dessa forma, o sítio da reprodução da força de trabalho². A análise do urbano é empreendida por meio da teoria do consumo coletivo e da atuação do Estado, uma vez que identifica a essência do urbano em torno do consumo coletivo³ – ao qual a maioria dos problemas urbanos estariam ligados – e o papel do Estado em tentar resolver as contradições do desenvolvimento capitalista que surgem desses meios de consumo coletivo e da organização espacial desses serviços.

Enquanto isso, a teoria do espaço em Lefebvre é construída através da valorização irredutível da dimensão espacial na economia política marxista. Para tanto, sustenta que o espaço, ao contrário da visão marxista clássica - que o reduz a uma mera localização ou parte dos meios de produção, como ambiente construído -, é considerado tanto um meio de produção quanto um dos aspectos das forças produtivas da sociedade. Nesse sentido,

a cidade, o espaço urbano e a realidade urbana não podem ser concebidos apenas como a soma dos locais de produção e de consumo (...). O arranjo espacial de uma cidade, uma região, um país ou um continente aumenta as forças produtivas, do mesmo modo que o equipamento e as máquinas de uma fábrica ou de um negócio, mas em outro nível. Usa-se o espaço exatamente como se usa uma máquina (LEFEBVRE, 1979 apud GOTTDIENER, 1993, p.128).

Além disso, para Lefebvre (1993), o capitalismo sobreviveu como sistema justamente por não só incorporar o espaço preexistente - a terra -, mas produzir seu próprio espaço sobretudo através da urbanização, uma vez que, como nenhuma outra

² Gottdiener (1993) tece críticas ao entendimento do urbano por Castells ao argumentar que o autor além de não definir este conceito, ao qual assume uma conotação reduzida de “crise”, desafia a especificidade material, “caracterizando-se mais como um processo que se acha no âmago de problemas sociais do que como um produto do desdobramento da estrutura social do espaço” (op.cit., 144).

³ Como é discutido por Gottdiener (1993), Castells considera como meios de consumo coletivos aquilo que constitui a base da vida cotidiana de todos os grupos sociais, como habitação, educação, saúde, cultura, comércio, transporte etc. Esses “meios de consumo são objetivamente socializados, que, por motivos históricos específicos, dependem essencialmente da intervenção do Estado, para sua produção, distribuição e administração” (CASTELLS, 1977 apud GOTTDIENER, 1993, 123).

Machado Filho, G. F.

mercadoria, o espaço é ao mesmo tempo objeto de consumo ou produto, o reprodutor de objetos materiais e relações sociais, um instrumento político e um elemento na luta de classe.

Urbanização, política urbana e a geração de espaços de contestação

De acordo com Harvey (2011; 2012), os processos de urbanização desempenharam papel ativo na absorção dos excedentes inerentes à acumulação capitalista, bem como demonstraram historicamente um potencial de solucionar problemas econômicos, como a absorção de excedentes e a reprodução do capital, e também problemas sociais, como o desemprego, engendrados pelos processos de acumulação de capital.

Contudo, é possível destacarmos outro papel que se pode atribuir à urbanização. Dentro da função que a urbanização desempenha no sistema capitalista e de acordo com os esforços mobilizados para com isso revolucionar periodicamente a vida urbana, inevitavelmente, como argumenta Harvey (2012), estará envolvida algum tipo de luta de classe e conflito social. Como destaca o autor, “(...) as forças do capital têm de empenhar-se com tenacidade para impor a sua vontade em um processo urbano e em populações inteiras que nunca estarão, nem mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, sob seu controle total” (op.cit, p.209).

Esse potencial de indução e geração de conflitos alçados pelo processo de urbanização alcançou pouco prestígio e atenção por parte das análises marxistas tradicionais. Apesar de o conflito social urbano ser assinalado na análise do sistema capitalista – já podendo ser encontrado em Marx (2011[1867]) e Engels (2010[1845]), no contexto da Primeira Revolução Industrial -, contudo o foi enquadrado sob o arcabouço da luta de classes. Assim, dentro do pensamento marxista, cristalizou-se a ideia de que a luta de classe resumiria o conflito resultante da relação de dominação da sociedade pelas estruturas econômicas capitalistas, cuja luta estaria a cargo dos trabalhadores para a abolição dessas relações de dominação de classe.

Entretanto, Harvey (2012), retomando o pensamento de Henri Lefebvre, rediscute os termos pelos quais são abordados os conflitos suscitados pela luta de classe. A crítica se dirige, portanto, ao foco e escopo da luta presente nestes conflitos. Na concepção tradicional marxista, a luta dos trabalhadores tem como objetivo primordial a eliminação da relação de classe expropriadora entre capital e trabalho, tendo como foco

de luta a oficina e a fábrica, compreendido como espaço privilegiado da produção da mais-valia. Além disso, considera-se quase que exclusivamente o conflito pautado em um levante proletário ou um movimento de classe. Dessa forma, não é considerado que, para além da luta de classe, os conflitos urbanos envolvam outras questões, como os conflitos étnicos, raciais, de sexualidade e gênero, por exemplo.

Diante das novas mobilizações políticas surgidas nos últimos anos, Harvey (2012) defende que, para além dos movimentos de classe, os conflitos urbanos também são definidos em torno dos movimentos sociais urbanos. Tais movimentos não definem uma luta propriamente anticapitalista, mas reivindicam os direitos da cidadania e, como quer Lefebvre, o direito à cidade. Para estes grupos, a perpetuação e exploração do poder e exploração de classe se encontra organizada em torno do estilo de vida e trabalho, não se restringindo a apenas o local de trabalho. As questões pelas quais suscita a luta destes movimentos sociais urbanos se dirige à própria cidade e aos conflitos emergidos em torno da qualidade da vida cotidiana. A luta, portanto, é pelo controle da cidade, ou seja, o objeto que – diante do processo de urbanização - ajudam a produzir e do qual, através da reprodução social, são também produzidos.

Nesse sentido, o processo de urbanização, na medida que é responsável também por transformar a cidade e, por consequência, a vida cotidiana contida nela, pode fazer emergir lutas político-sociais. Para tanto, o controle do espaço é fundamental para o próprio controle social. A importância do espaço é destacada por Lefebvre (1992), para quem o espaço é tanto um objeto de consumo e *locus* da reprodução social quanto um instrumento político e um elemento na luta de classe (ELDEN, 2007), cuja coerência da ordem espacial é fundamental para o controle das contradições inerentes ao capitalismo em benefício dos interesses predominantes na sociedade (GOTTDIENER, 1993, p.128). Diante disso, a reorganização das infraestruturas urbanas e da própria vida urbana pelo poder político consiste em um instrumento de controle das populações insatisfeitas. A criação de barreiras, como, por exemplo, estradas difíceis de transpor que separam cidades suburbanas de alto valor e os bairros centrais pobres, a repressão e policiamento de modo a pacificar e controlar as populações urbanas, e os programas planejados e políticas públicas em bairros mais problemáticos, são expedientes pelos quais se promove o controle dos cidadãos rebeldes (HARVEY, 2014, p.212).

Grande parte dessas ações se encontra nas políticas urbanas empreendidas pelo Estado, sendo elas também formas pelas quais o processo de urbanização é expresso.

Machado Filho, G. F.

Porquanto o estudo da política urbana focaliza a relação entre a intervenção do Estado e os usuários do espaço, ou seja, seus habitantes (GOTTDIENER, 1993, p.157), é necessário destacar o contexto no qual essa relação se estabelece. Se, conforme argumenta Mumford (1965), não se pode imaginar que a estrutura física da cidade foi, assim como não foram suas antigas fibras culturais, produto de um crescimento inteiramente repentino, entende-se, nesse sentido, que toda intervenção urbana possui intencionalidade.

Como destaca Gottdiener (1993), para a maioria das análises marxistas de economia política, a relação entre Estado e espaço é epifenomenal. Todavia, de acordo com o autor, Castells e Lefebvre empreendem duas linhas de raciocínio de sentido contrário. Ambos propõem um entendimento teórico do papel do Estado na reprodução das relações sociais em todo o espaço, do qual consideram que os movimentos sociais urbanos se tornam focos essenciais da política urbana empreendida sobre a aplicação de um planejamento urbano.

Para Lefebvre (1992), o espaço e, por conseguinte, o *design* espacial tornou-se um instrumento político fundamental ao Estado, do qual promove o controle social e promove seus interesses administrativos. Através disso, é possível determinar a organização do espaço e, com isso, garantir suas práticas administrativas e a reprodução das formações sociais, como a hierarquia de poder, a homogeneidade do todo e a segregação das partes do espaço sob controle. Enquanto isso, para Castells (1983), o estudo da política urbana é capaz de revelar novas formas de divisão social produzidas muito mais pela intervenção do Estado do que propriamente pelas relações capitalistas, como supõe a maioria dos marxistas. É no domínio da política urbana que então novas disparidades se constituem através das desigualdades sócio-espaciais suscitadas pelo consumo coletivo.

Ao mesmo tempo, conforme a política urbana se põe como um modo de controle da sociedade a partir do espaço, como argumenta Harvey (2014),

é evidente que o urbano [também] funciona como um espaço importante de ação e revolta política. As características atuais de cada lugar são importantes, e a reengenharia física e social e a organização territorial desses lugares são armas nas lutas políticas. Da mesma maneira que, nas operações militares, a escolha e a configuração do campo de batalha desempenham um importante papel para determinar quem será o vencedor, é com os protestos populares e movimentos políticos nos contextos urbanos (op.cit, p.213).

Dessa forma, a urbanização, se como base da reprodução das relações de produção capitalistas e forma de controle social pelo Estado e pelas forças dominantes, também pode criar espaços de contestações. Para tanto, de acordo com Harvey (2014), as cidades podem se tornar rebeldes, na medida que, em determinadas conjunturas, produzem áreas que são rebeldes às forças que a subordinam.

Desde a modernização no século XX, o Brasil enfrentou um intenso e acelerado processo de urbanização (SANTOS, 1993), do qual, o Rio de Janeiro, então capital do país até 1960, submetida a uma profunda reforma urbana no início deste século, mostrava-se como um profícuo exemplo dos efeitos desse processo. As intervenções sobre o ambiente construído da cidade, empreendidas a partir da Reforma Passos, propuseram um novo modelo de cidade orientado segundo o objetivo principal de modernizá-la. O processo de transformação do Rio de uma cidade colonial em uma cidade moderna, conforme argumenta Santucci (2008), despertou consigo uma série de manifestações populares no meio urbano, interpretadas como a expressão das classes subalternas que agora ocupavam os as ruas da cidade. Nesse sentido, as intervenções urbanas permitiram novos usos para os espaços recém criados, a saber as ruas, avenidas, praças, tornando o Rio de Janeiro uma “cidade rebelde”, reativa às mudanças modernizantes. (SANTUCCI, 2008). Para Santucci (2008), a cidade projetada para servir de vitrine para o país não sabia como comportar sua antítese – uma legião de miseráveis e excluídos -, conferindo, assim, uma dualidade entre uma cidade que tentava se civilizar e um universo avesso à ordem urbana imposta. Desse modo, “as ruas ferviam com protestos, provocações, zombarias que se transformavam em conflitos envolvendo vários segmentos – estudantes, militares, operários, desempregados e toda uma expressiva parcela da população que se sentia excluída do processo de mudanças sociais” (SANTUCCI, 2008, p.12).

Como salienta Abreu (2013), ao analisarmos a evolução urbana do Rio de Janeiro, temos que considerar a ação do Estado, para isso considerado nem como um elemento neutro, como pretendem os modelos neoclássicos-liberais, nem como mero instrumentos políticos à serviço do capital, como querem certas correntes marxistas ortodoxas. O Estado, portanto, é um agente fundamental para entendermos a estruturação do espaço urbano carioca, cuja ação pública foi e é decisiva para a construção diferenciada do espaço. Contudo, é de se esperar que na construção diferenciada do espaço pela ação pública haja uma intencionalidade, no qual, como

Machado Filho, G. F.

mostra a experiência recente no Brasil, “apesar de se constituir em agente distinto do capital, o papel do Estado no campo econômico tem sido o de garantir ao máximo a reprodução do capital, fazendo concessões apenas quando estas se evidenciam necessárias, ou seja, para assegurar as condições mínimas de reprodução da força de trabalho (estabilidade social)” (ABREU, 2013, p.16).

Contudo, como indaga Harvey (2014, p.211), “será a cidade (ou um sistema de cidades) nada além de um lugar (ou rede preexistente) passivo onde surgem e se expressam correntes mais profundas da luta política?”. Assim como responde este autor, e diante do estudo de Machado Filho (2017) sobre as manifestações políticas nos espaços de ruas e praças, os ambientes urbanos comportam condições espaciais propícias à eclosão de protestos e movimentos políticos.



Figura 1 – Manifestação contra o reajuste das passagens de ônibus ocorrido na Praça Floriano, cuja região do entorno a ela é popularmente conhecida como Cinelândia, estando localizada na área central da cidade do Rio de Janeiro. Acervo do autor.



Figura 2 – Marcha realizada pelas ruas da área central da cidade do Rio de Janeiro durante a manifestação contra o reajuste das passagens de ônibus ocorrido na Praça Floriano. Acervo do autor.

Ruas e praças, reconhecidas como espaços da sociabilidade urbana, do convívio social, do cotidiano, transformaram-se na medida em que foram ocupadas politicamente. Nesses espaços, aqueles que o ocuparam se organizaram no sentido de usar a visibilidade atribuída à determinados lugares para tornar conhecidas suas demandas, transformando tanto a imagem da multidão como o ruído que delas emanam em instrumentos de pressão política. Contudo, vale ressaltar, que o uso político das ruas e praças pode atender a diferentes fins: espaços da demonstração do poder instituído, como marchas militares, discursos dos déspotas; espaços da subversão ao poder (contra-poder), das revoltas populares, da subversão, das revoluções; além de espaços da pressão política, das manifestações e dos protestos. Em todos eles, ruas e praças, a partir de seu uso político, desempenham um papel *instituinte*, tanto do reforço como da contestação do *instituído* (normas e regras vigentes, vistos de forma ampla) e, com isso, tornam-se palco dessa tensão.

McAdam *et al.* (2004), através do amplo estudo do campo das *contentious politics* (“confrontos políticos”)⁴, nos mostram de que modo momentos de importantes mudanças políticas, como revoluções, lutas pelos direitos civis, luta pela democracia, utilizam-se do espaço como recurso para a ação instituinte que as mobilizam. Ao descrever o contexto destes momentos de confronto político coletivos, os autores destacam como o espaço das ruas é o lugar da ação, onde todas as discussões, estratégias, tensões, demandas são expostas e em que medida são instrumentalizadas como um importante recurso para o confronto político e a luta por mudanças.

O poder político potencial das ruas pode ser observado em diferentes perspectivas. Staeheli e Mitchell (2004) mostram que em regimes de exceção, como no socialismo soviético, houve momentos em que os espaços públicos eram extremamente fiscalizados, restando os espaços privados das casas para a articulação do movimento de resistência. Contudo, durante a história desses regimes, as mesmas ruas e praças foram amplamente usadas pelos déspotas para a demonstração de força através de marchas e discursos que reuniam milhares de pessoas.

Paralelamente, ruas e praças apresentam o mesmo potencial instituinte em regimes democráticos. Como afirmam Bobbio (1986) e Parkinson (2004), o uso político

⁴ Este termo é comumente traduzido para “confronto político” por alguns autores. Contudo, optou-se por preservar o termo em inglês para que o mesmo não perdesse o seu valor semântico original.

Machado Filho, G. F.

das ruas através de manifestações e protestos é fundamental para o funcionamento da democracia, sendo, inclusive, previsto em seus fundamentos participativos. Dessa forma, Castro (2004, p.152), remetendo-se à metáfora criada por Bobbio, argumenta que, na democracia, praça (sociedade) e palácio (governo) são um a condição do outro, pois sem a *praça* o governo perde a legitimidade e sem o *palácio* a praça perde o rumo.

O espaço é também passível de ser apropriado, seja material ou simbolicamente, o que não ocorre de modo necessariamente pacífico, podendo assumir momentos de tensão, disputas bem como negociações e acordos. Esta apropriação lhe confere, portanto, um caráter político, cuja evidência e visibilidade às ações e, sobretudo, os interesses expostos estão condicionados aos atributos espaciais destes lugares. Com isso, o tamanho, a acessibilidade, a visibilidade, a densidade simbólica e a centralidade inerentes aos espaços urbanos formados sob ruas e praças constituem atributos que influenciam a escolha e a ação política nestes espaços (MACHADO FILHO, 2017; AZEVEDO, 2020).

Para Tonkiss (2005) e Lee (2009), os espaços urbanos constituem lugares privilegiados à ação política, que são “politizados” em determinados momentos. Consideram os movimentos sociais como agentes de uma distinta política espacial nas cidades, no qual usam o espaço urbano como espaço de luta e como recurso à mobilização política. Movimentos como estes “politizam” espaços na cidade através de táticas de ocupação, protesto e ação direta. Com efeito, tal espaço é compreendido tanto como objeto quanto meio para a ação política. Para isso, destacam que o espaço de ruas praças fornece condições e recursos essenciais para a organização política, como: infraestrutura física, permite as demandas se tornarem fisicamente explícitas; sua visibilidade, que atrai a atenção da população e das autoridades públicas, implicando na formação da opinião pública; o encorajamento à participação de outros grupos e indivíduos; e a conservação de valor simbólico. Todos estes elementos agregam valor à ação política nestes espaços.

Com efeito, cada espaço possui uma configuração espacial própria, conferindo a eles capacidade organizativa e estratégica distintas. Essa capacidade, portanto, varia conforme os atributos de cada espaço, que referencia, condiciona e delimita as práticas espaciais que nele podem ser praticadas. Assim, de acordo com Parkinson (2012),

Souza (2006; 2013) e Azevedo (2018), olhando através da materialidade ⁵ destes espaços, a forma física se destaca como um fator importante para compreendermos o comportamento político nestes espaços: por possuírem obstáculos, como no caso dos muros, ou arranjos que impeçam, facilitem, ou limitem o acesso e as ações empreendidas; e ao agirem como pontos de ancoragem, “portadores” de símbolos, mensagens, memórias e identidades, inscritos foram ou informalmente nos elementos destes espaços, do qual ajudam os atores a serem levados a sério pelo coletivo, importando assim para sua eficácia política.

Como argumenta Machado Filho (2017), de acordo com as características de cada espaço, os atores buscam alcançar um capital político mediante estratégias diferentes definidas para o seu uso político. Dessa forma, de acordo com as condições espaciais que se apresentam nos espaços urbanos, sobretudo aqueles apropriados pelos movimentos sociais e demais tipos de manifestações políticas, como ruas e praças, as estratégias elaboradas pelos grupos manifestantes apresentam-se de formas diversas, variando de acordo com o tema da manifestação, o número de pessoas e a narrativa a ser criada. Além disso, estas estratégias e repertórios de ações variam de acordo com os objetivos pretendidos e os recursos, oportunidades, restrições disponíveis no momento, tanto dos atores mobilizados quanto do próprio espaço escolhido para a manifestação (TARROW, 2011; PARKINSON, 2012).

Dessa forma, o espaço onde ocorre a manifestação não é fruto de uma escolha aleatória, mas sim parte das estratégias dos grupos manifestantes e, dessa forma, resultado da combinação de diferentes fatores, dentre os quais fatores espaciais, em que a visibilidade é o *leitmotiv* das ações empreendidas nestes espaços.

A escolha dos lugares onde ocorrem as manifestações são, portanto, dados fundamentais para entendê-las, sendo carregada de sentido. Tais espaços possuem atributos e condicionantes espaciais que são levados em conta na hora de sua escolha para abrigar as decisões, deliberações e, sobretudo, as manifestações políticas. Sobre eles são construídas narrativas e onde diversos interesses dispersos no meio social são assinalados, cujos condicionantes espaciais e, conseqüentemente, o próprio espaço,

⁵ Para Parkinson (2012) o autor, a materialidade, a dimensão física, ou como ele coloca, a fisicalidade (*physicality*) são fundamentais para entendermos a democracia e seu funcionamento. Enquanto isso, Souza (2006; 2013) denomina a materialidade do espaço geográfico como *substrato espacial material*, entendido como a face material do espaço socialmente produzido. Assim, para este autor, as formas espaciais corresponderiam à maneira como este substrato espacial material se acha modelado e organizado, refletindo as relações sociais em suas diversas dimensões (cultura, relações econômicas, relações de poder etc.).

Machado Filho, G. F.

funciona como um *instrumento político* que forneça a base material e simbólica para a consecução destas ações e, conseqüentemente, a efetividade da pressão política exercida.

A pressão política emanada dos espaços políticos formados na cidade é articulada com o intuito de obter uma resposta das instâncias políticas mediante a inclusão da pauta manifestada na agenda política. A pressão será tão ou mais efetiva se a pauta for incluída na agenda e, por conseguinte, resultar em algum tipo de resposta da esfera política, isto é, alguma ação política concreta para o grupo e/ou tema em tela.

O poder instituinte das ruas, isto é, o poder de instituir mudanças na política e, conseqüentemente, na sociedade, estabelece-se na capacidade desses espaços em comportar e ser instrumentalizado pelos grupos da sociedade para pressionar por ações concretas a respeito de determinadas demandas. O espaço de ruas e praças é usado como forma da sociedade participar, propor ou interferir em temas significativos à sociedade – ou parte dela – e que não estão sendo propostos ou conduzidos pela esfera política da maneira esperada – isso significa que a presença da população nas ruas é sintoma de que algo na condução política não está ocorrendo da maneira planejada ou desejada. Isso não quer dizer que esses temas requeridos na sociedade são unânimes ou evidentes. Pelo contrário, há um campo de disputa entre os diferentes e diversos grupos na sociedade, em que muitas vezes há conflitos no processo de tradução das demandas sobre determinado problema. Esses conflitos podem ser amplos, incluindo a disputa de grupos com visões e interesses político-ideológicos antagônicos, ou específicos, dentro de um mesmo campo político-ideológico, cuja disputa está assentada em termos mais específicos de uma pauta comum.

Considerando as ruas como espaços de contestação, temos que tais espaços apresentam papel instituinte muito forte, assumindo protagonismo político e refletindo a tensão entre governantes e governados em diversos momentos da história. É no espaço político formado nas cidades que se enfrentam as forças da dinâmica social que buscam transformar de algum modo o *status quo* – que podemos chamar de impulso instituinte – e aquelas forças que, amparadas por normas e regras instituídas, procuram resistir às mudanças, cujo espaço de ruas e praças constituem-se como recursos privilegiados para essa competição. E são também espaços fundamentais do funcionamento político da sociedade, sendo canais pelos quais a sociedade, de forma mobilizada e organizada, pode interagir com os espaços deliberativos e decisórios dispostos pelo Poder

Legislativo e Executivo. Apesar disso, o uso ou a ativação dos espaços políticos abertos é uma das formas de se estabelecer um nexó político entre sociedade e Estado. Entretanto, outros meios também podem ser acionados pelos grupos na sociedade para terem seus interesses atendido, do qual alguns desses podem estabelecer uma conexão direta com o representante político.

Nesta perspectiva, esses espaços servem a diversos fins políticos válidos nos quais é possível diferenciar, pelo menos preliminarmente, os espaços públicos definidos pelas normas para o encontro e coexistência dos diferentes e os momentos em que os limites e conteúdos destes espaços são perturbados pela presença de um público com o objetivo de, justamente, transformar as normas vigentes (LOW, 2000 *apud* GREGORY *et al.* 2009). São, nestes momentos, que a diversidade e imprevisibilidade enfraquecem o valor da dimensão pública desses espaços, atribuindo-lhes um protagonismo político que transforma, em momentos precisos, seu caráter público em político.

Considerações Finais

O urbano e a urbanização ao mesmo tempo que encerram compreensões diferentes de um mesmo processo também podem comportar expressões e implicações diferenciadas nos espaços urbanos que constituem. Ademais, para além da visão tradicional economicista, é possível compreendermos esse processo e sua forma espacial concretizada, isto é, a cidade, a partir de uma perspectiva que considere o espaço como elemento irredutível às análises das relações sociais, econômicas e políticas que nele são organizadas, produzidas e reproduzidas.

A análise da urbanização também é capaz de nos ajudar a entender os conflitos urbanos que emergem, em diferentes momentos, do processo de reprodução social que se realiza no espaço das cidades. Nesse contexto, a política urbana se mostra um meio pelo qual podemos compreender não só os movimentos de contestação contra as mudanças empreendidas na vida urbana, mas também as ações que têm como objetivo exercer o controle dos grupos insatisfeitos e do conjunto da sociedade mediante a implementação de um ordenamento espacial. Nesse sentido, as intervenções urbanas realizadas, considerando o contexto de tensão e conjuntura social e política ao qual estão situados, podem incidir a uma deflagração dos conflitos urbanos tanto ao produzir e intensificar os problemas sociais urbanos quanto propiciar – mesmo que de forma involuntária - espaços de contestação nas cidades. Sendo assim, em determinados

Machado Filho, G. F.

momentos, as cidades podem se tornar rebeldes diante da forma ao qual são organizadas e (re)produzidas.

Além disso, o próprio espaço da cidade se constitui como um lugar privilegiado à atuação dos movimentos políticos, sendo o espaço urbano o meio e o recurso à mobilização e luta dos grupos que formam estes movimentos. As condições espaciais dos espaços urbanos, sobretudo aqueles localizados em ruas e praças, espaços comumente apropriados pelos movimentos políticos, influenciam o comportamento, as estratégias, a forma de organização espacial, em suma, as ações empreendidas em seu interior. Com efeito, o espaço se mostra como recurso fundamental para que os atores possam agir politicamente em prol da consecução de seus interesses. Para isso, os atores políticos presentes nestes espaços buscam explorar estas condições espaciais de modo a ampliar seu capital político.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) dentro do âmbito da bolsa de doutoramento concedida por este órgão.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M. A. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- AZEVEDO, D. A. Modelos de democracia e espaços políticos: o caso da democracia participativa/. *Geografares*, n. 26, p. 126–146, 2018. doi: 10.7147/EO26.21002.
- _____. Evaluation of the democratic system from the qualification of political spaces: the case of Cuauhtémoc (Mexico), *L’Espace Politique*, v.39, n.2019-3, 2020. <https://doi.org/10.4000/espacepolitique.7563>.
- BOBBIO, N. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTRO, I. E. Espaços públicos: entre a publicidade e a política. *ALCEU*, v.4, n.8, p. 141-155. Rio de Janeiro, 2004.
- ELDEN, S. There is a Politics of Space because Space is Political: Henri Lefebvre and the Production of Space. *Radical Philosophy Review*. vol.10, n.2, p.101-116, 2007.
- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010[1845].
- GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1993.
- GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRETT, G., WATTS, M.; WHATMORE, S. The dictionary of human geography. Wiley-Black Well, 2009.
- HARVEY, D. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

- LEE, Nelson. How is a political public space made? - The birth of Tiananmen Square and the May Fourth Movement. *Political Geography*, v. 28, n. 1, pp. 32–43, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992.
- MCADAM, D.; *et. al.* *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- MACHADO FILHO, Guilherme Felix. *Espaços da política: a relação entre o espaço político das Assembleias e o espaço político de ruas no contexto das manifestações políticas contemporâneas*. 2017. 108f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro.
- MARX, K. *O capital*, vol.1. São Paulo: Boitempo, 2011[1867].
- MUMFORD, L. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.
- PARKINSON, John R. *Democracy and Public Space: the physical sites of democratic performance*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993
- SANTUCCI, Jane. *Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.
- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988.
- SOUZA, M.L. *A prisão e a àgora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006
- _____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988.
- STAEHELI, L. A.; MITCHELL, D. *Spaces of Public and Private: Locating Politics*. In: BARNETT, C.; LOW, M. *Spaces of democracy: geographical perspectives on citizenship, participation and representation*. London, UK: Sage Publications, 2004.
- TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: University Press, 2011.
- TONKISS, Fran. *Space, the city and social theory*. Cambridge: Polity, 2005.